

----- **ATA N.º 6/2022** -----

-----Aos dezanove dias, do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Denise do Nascimento Fragona.-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pela Senhora Deputada Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva e pelo Senhor Deputado Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques, na qualidade de primeira e segundo secretários, respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu ao público presente, e a quem seguia a transmissão *online* desta sessão.-----

-----De seguida, começou por dar conhecimento que a Senhora Deputada Mariana Flor Neves dos Santos informou, via correio eletrónico, datado de treze de dezembro de dois mil e vinte e dois, com registo de entrada número oitenta e nove, que iria estar ausente no período compreendido entre os dias treze e vinte de dezembro, tendo solicitado a sua substituição. Nesse sentido, e nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, a Senhora Deputada Ana Cristina Dias Pires. -----

-----Mais deu conhecimento que, o Senhor Deputado Flávio Manuel Granjal de Sá comunicou, via correio eletrónico, datado de treze de dezembro de dois mil e vinte e dois, com registo de entrada número noventa, a suspensão de mandato até ao dia dez de janeiro de dois mil e vinte e três, tendo requerido a sua substituição. Deste modo, nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, a Senhora Deputada Isabel Maria Moura Seixo Cunha. -----

-----Deu, também, conhecimento que o Senhor Deputado Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva comunicou, via correio eletrónico, datado de quinze de dezembro de dois mil e vinte e dois, com registo de entrada número noventa e dois, que iria estar ausente, solicitando a sua substituição. Assim, nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, a Senhora Deputada Ana Rita Cardoso dos Santos. -----

-----Deu, ainda, conhecimento que o Senhor Deputado José Miguel Neves Figueiredo comunicou, via correio eletrónico, datado de dezanove de dezembro de dois mil e vinte e dois, com registo de entrada número noventa e cinco, que iria estar ausente no período compreendido entre os dias dezanove e vinte e sete de dezembro, solicitando a sua substituição. Assim, nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, o Senhor Deputado António Carlos Pires Diogo. -----

-----Por fim, informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão, André Diogo de Jesus Correia, se fez representar pelo seu Tesoureiro Nelson Pina Soares. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

-----António Carlos Pires Diogo, em substituição do Senhor Deputado José Miguel Neves Figueiredo; -----

-----Joaquim Lopes de Abreu; -----

-----Alexandra Isabel Henriques Sena; -----

-----Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva; -----

-----Carlos Miguel da Costa Cunha; -----

-----Francisco José Pereira Marques Cabral; -----

-----Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques; -----

-----Isabel Maria Moura Seixo Cunha, em substituição do Senhor Deputado Flávio Manuel Granjal de Sá; -----

-----Cláudia Maria Geraldés Aguiar; -----

-----Ana Cláudia Rodrigues Marques; -----

-----Ana Cristina Dias Pires, em substituição da Senhora Mariana Flor
Neves dos Santos;-----
-----Ana Rita Cardoso dos Santos, em substituição do Senhor Deputado
Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva; -----
-----José Jorge Silva;-----
-----Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo;-----
-----António Santos; -----
-----Ricardo Jorge Almeida Coelho; -----
-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal; ----
-----João Filipe Ventura de Almeida Carvalho, Presidente da Junta de
Freguesia da Carrapichana;-----
-----Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas
do Soeiro; -----
-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de
Freguesia do Fornotelheiro;-----
-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia
de Lageosa do Mondego;-----
-----Paulo dos Santos Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de
Linhares da Beira; -----
-----Nelson Pina Soares, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Maçal do
Chão, em representação do Senhor André Diogo de Jesus Correia;-----
-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de
Freguesia da Mesquitela; -----
-----Francisco Duarte Amaro Coito, Presidente da Junta de Freguesia de
Minhocal; -----
-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia
de Prados; -----
-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de
Freguesia da Ratoeira; -----
-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale
de Azares; -----

-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa; -----

-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais; -----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz; -----

-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego. -----

-----**FALTA JUSTIFICADA – SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E CINCO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS**-----

-----Após apreciar o pedido e tendo o mesmo sido apresentado no prazo estabelecido, a Mesa da Assembleia Municipal considerou justificada a falta do Senhor António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela. -----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores José Albano Pereira Marques, Teresa Ferrão Cardoso, José Alfredo de Almeida Silva e Maria Teresa Carvalho Campos Meireles da Cunha. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos tratados na Comissão Permanente realizada na Freguesia do Fornotelheiro. Informou que, a próxima reunião da Comissão Permanente será realizada na Freguesia do Minhocal.-----

-----Questionados os presentes sobre a pretensão de intervir, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Luis Marques** que comunicou que quando viu publicitado o Colóquio sobre a temática da Diabetes, que decorreu no dia doze de novembro, sentiu algum receio que os Celoricenses não aderissem e que os palestrantes entrassem num domínio técnico, mas felizmente isso não aconteceu. Ainda que a sala não estivesse cheia, existiu uma assistência heterogénea, o que significa que a divulgação do evento chegou a todo o Concelho, contribuindo para que houvesse questões pertinentes. Considerou um evento extremamente positivo e necessário, dado o envelhecimento populacional onde os cuidados de saúde nunca foram de excelência, logo a melhor forma de combater uma doença é preveni-la. É de opinião que este é um padrão que se deve implementar e há um grande conjunto de temáticas que são transversais a todas as faixas etárias, como por exemplo as doenças cardiovasculares que atingem todas as idades e muitas vezes com consequências fatais, problemas da alimentação, pois “saber comer é saber viver”, o alcoolismo, dado que também é um problema dos jovens que consomem bebidas com alto teor alcoólico e o tabagismo. Em suma, disse que felizmente o público aderiu, os palestrantes transmitiram ideias chaves e desdramatizaram o problema com uma linguagem simples, pois a diabetes é uma doença surda e, nesse sentido, considerou essa ação muito proveitosa para o Concelho. Por fim, solicitou que o Executivo providenciasse para que no futuro outras temáticas fossem abordadas. -----

-----Pedi a palavra o Senhor **Deputado Francisco Cabral** para fazer referência à sessão extraordinária da Assembleia Municipal, nomeadamente a uma intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que o deixou indignado, na qual afirma que os Deputados Municipais trazem muita despesa ao Município. Considera essa declaração um ultraje, porque há Deputados que infelizmente não têm oportunidade de residir e trabalhar no Concelho. Ainda assim, a bancada do PSD, também é constituída por Deputados que por trabalharem e residirem fora do Concelho, solicitam, igualmente, o pagamento das ajudas de custo. Portanto, acredita que essa despesa seja por uma boa causa, pois há celoricenses que, ainda que não tenham oportunidade de residir no Concelho, se preocupam com o evoluir desta terra e vêm participar num debate político cujo objetivo é promover Celorico da Beira. Assim, espera que o Senhor Presidente consiga retratar as suas palavras e dirigir um pedido de desculpa, a quem de direito, ou seja, a todos os Deputados desta Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** interveio para comunicar que a próxima reunião da Assembleia Intermunicipal está agendada para o dia seguinte, porém se houver algum assunto que pretendam ver tratado, poderão fazer-lho chegar diretamente.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por desejar a todos uma boa quadra natalícia e com saúde. Acrescentou, ainda, que espera que, também, usufruam das diversas atividades que a Câmara está a desenvolver e que têm tido uma boa adesão, pois as pessoas estão empenhadas e envolvidas. -----

-----Quanto à intervenção do Senhor Deputado Luís Marques, relativa à temática da diabetes, corrobora que essa jornada, como outras são sempre bem-vindas e acima de tudo nota-se um crescendo de público que vai participando. O que se constata é que a plateia mais disponível, normalmente são os mais idosos e os mais jovens, existindo uma meia-

idade mais intermitente. Esta como outras ações são fundamentais, sobretudo, porque a população é maioritariamente envelhecida e a saúde é fundamental para a qualidade de vida. Nesse sentido, deu conhecimento que a Senhora Vice-Presidente, na semana anterior, marcou presença numa reunião com a Senhora Diretora da Escola Superior de Saúde da Guarda, mostrando disponibilidade de ambas as partes na criação de uma parceria que é do interesse de todos. Portanto, há sempre o interesse de continuar com ações que estejam relacionadas com a saúde, assim como ações de índole cultural e lúdica. -----

-----De seguida, deixou o reconhecimento à equipa organizadora de eventos da Câmara Municipal, uma vez que uma grande parte do esforço e dos custos acabam por ser desenvolvidos pelos funcionários, nomeadamente, as comemorações do Centenário de Sacadura Cabral, encontros de animação sociocultural e os eventos do natal. Ainda em relação aos eventos, referiu que tem havido uma descentralização, pois algumas atividades têm sido realizadas em vários locais do Concelho com sucesso. -----

-----No que concerne à intervenção do Senhor Deputado Francisco Cabral disse que respeita e aceita as palavras proferidas, mas discorda com elas, porque no seu entender deve ter havido algum problema de interpretação. Assim, clarificou que não disse que era contra o facto de existirem nas bancadas representantes residentes fora do Concelho, pois isso faz parte do processo e com o devido direito a requerer as respetivas ajudas de custo. Nesse sentido, recordou que em resposta à intervenção do Senhor Deputado José Miguel, em que proferiu que existia alguma derrapagem no custo das obras, disse que o que estava a acontecer era fruto de uma imposição legal, relativamente à revisão de preços das obras, tanto na Escola C+S Sacadura Cabral, como nas Piscinas Municipais e noutras obras, obrigando-os a pagar mais em relação ao valor adjudicado. Assim, como os Deputados que residem fora do Concelho acarretam um custo, relativo ao pagamento das deslocações e, quanto maior for a

distância, naturalmente, que gera mais despesa para o Município. O que pretendeu dizer foi que da mesma forma que têm de respeitar aquilo que é uma imposição legal para a revisão dos preços, também têm de respeitar a imposição legal para os referidos pagamentos das ajudas de custo. Concluiu, que não disse que estava certo ou errado e nem sequer fez uma crítica, como tal considera que não se justifique apresentar um pedido de desculpas. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS**-----

-----Foi presente a ata número quatro, referente à sessão ordinária do dia trinta, do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e dois, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo alterações a efetuar, foi a mesma aprovada, por maioria, com três abstenções.**-----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----O Senhor **Deputado Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques**, segundo secretário da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar. -----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----**4. APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO E GOP'S 2023**-----

-----Sobre o assunto em título e dando cumprimento ao estipulado na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, foi o Orçamento e GOP's para o ano de 2023 colocado a discussão e aprovação deste Órgão, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----Esteve presente nesta sessão, o Técnico responsável pela Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez um breve esclarecimento em que expôs que o orçamento é o documento basilar da governação do Município, pois é onde se reflete toda a atividade que se propõe para o ano de dois mil e vinte e três. Este foi o ano com maior dificuldade na elaboração do orçamento, sobretudo pela diminuição das receitas do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro), o que implica a redução das despesas correntes, pois têm que estar equilibradas. Isto só por si não seria tão grave se não se estivesse numa conjuntura preocupante relativamente ao aumento desenfreado dos preços e à inflação galopante. Tendo em conta que o Município tem uma atividade

bastante alargada, também os custos têm um acréscimo significativo decorrente da transferência de competências. Nesse sentido, os compromissos que passaram a ter com o Agrupamento de Escolas, nomeadamente a nível de energia e alimentação são custos que preocupam, uma vez que estão ligados à inflação.-----

-----Prosseguiu, dizendo que o orçamento do Município tem em conta as despesas correntes, existindo um acréscimo com recursos humanos, derivado do aumento dos ordenados. Relativamente à situação financeira do Município, apesar das condicionantes vividas atualmente no País, tem-se mantido estável à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, assim como todas as obrigações junto dos fornecedores têm sido cumpridas. Quanto à dívida, disse que tem vindo a reduzir significativamente através da amortização de empréstimos, apesar de ter havido algum acréscimo de despesa decorrente da conjuntura económica, nomeadamente através das revisões de preços legalmente emitidas pelos empreiteiros responsáveis pelas obras efetuadas no Concelho nos últimos anos, o que se traduz em algumas centenas de milhares de euros.-----

-----Sobre a execução orçamental, à presente data, disse que a execução da receita situa-se perto dos oitenta e oito por cento, valor que irá subir com os dados definitivos de dois mil e vinte e dois. Quanto à despesa está perto dos sessenta e sete por cento, estando ainda por executar a restante despesa relativa a obras, fornecedores e amortizações de empréstimos, que até ao final do ano terá uma subida significativa. -----

-----Em conclusão, apesar das incertezas em relação ao futuro, a situação financeira do Município é estável, situação corroborada pelo Relatório do Auditor Externo relativo ao primeiro semestre, que se encontra para conhecimento desta Assembleia Municipal. -----

-----De seguida passou a palavra ao Técnico responsável pela Secção de Contabilidade, para fazer uma explanação mais técnica sobre este assunto. -----

-----O Técnico clarificou, que no seguimento do disposto na Lei das Finanças Locais, o Executivo deve até ao dia trinta de novembro aprovar e remeter para a Assembleia Municipal a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte. O orçamento para o ano de dois mil e vinte e três foi elaborado de acordo com o disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, POCAL, Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, RFALEI, e no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, SNC-AP. Comunicou que o orçamento é composto por diversos mapas, nomeadamente o próprio orçamento e plano orçamental plurianual, grandes opções do plano e as normas de execução orçamental. Disse que, de uma maneira geral, este orçamento tem um valor global de aproximadamente 13 811 002,00€, um valor ligeiramente superior ao do ano transato, devendo-se, essencialmente, à transferência de competências para a Autarquia e ao aumento de pessoal não só por força dos processos de recrutamento para o Município, mas também das atualizações salariais. -----

-----Quanto às receitas para dois mil e vinte e três, as mesmas foram calculadas de acordo com a média dos últimos vinte e quatro meses. As receitas para dois mil e vinte quatro, até dois mil e vinte sete foram estimadas tendo por base os valores de dois mil e vinte e três atualizados anualmente a uma taxa de quatro por cento, visto essa ser a taxa de inflação prevista para dois mil e vinte e quatro na última proposta do Relatório do Orçamento de Estado para dois mil e vinte e três, com exceção das receitas provenientes de projetos cofinanciados, cujas receitas estão dependentes das execuções anuais previstas para cada projeto. Salientou que, no orçamento, os valores para dois mil e vinte e três são vinculativos, mas os valores para os anos seguintes são meramente indicativos. As receitas provenientes das cobranças dos serviços de água, saneamento e resíduos sólidos, foram estimadas com base na atualização tarifária que se espera para o ano seguinte. A nível de transferências para

o Município, prevê-se, também, um ligeiro aumento em termos de valor global face ao que foi transferido no ano anterior, mas na realidade, há uma ligeira redução nas transferências correntes para o Município. Situação que, tendo em conta o contexto atual, dificulta tanto na elaboração do orçamento, como na tentativa de o manter equilibrado. -----

-----A nível global, analisando a estrutura da receita orçamental, é evidente o peso das transferências correntes no orçamento da receita, que na sua maior parte é composta pelos fundos estatais, seguida das transferências de capital que são compostas pelos fundos estatais e fundos comunitários. As receitas próprias resultantes de impostos diretos e venda de bens e serviços, quando somadas, apenas compõem pouco mais de vinte e dois por cento das receitas do orçamento inicial. O que significa que, os Municípios mais pequenos têm um valor de receitas próprias relativamente baixo, o que dificulta na elaboração do orçamento. -----

-----No que diz respeito às despesas correntes, as relativas a bens e serviços foram calculadas tendo em conta a média da despesa dos últimos doze meses, à exceção das situações cujas despesas estão previstas em contratos, protocolos e acordos onde se previu as despesas dos compromissos plurianuais. Os valores de despesas correntes para os anos seguintes foram também atualizados à taxa de quatro por cento ao ano, com os devidos ajustes relativos a compromissos plurianuais resultantes de contratos, protocolos e acordos. As rubricas de despesas com pessoal foram dotadas tendo em conta o Mapa de Pessoal para dois mil e vinte e três elaborado pela Secção de Recursos Humanos, que também deverá ser remetido pelo Executivo à Assembleia Municipal. -----

-----Relativamente às despesas com pessoal estão estimados os aumentos previstos para dois mil e vinte e três de acordo com os dados atualmente disponíveis, nomeadamente, o aumento do salário mínimo e a atualização salarial das carreiras da função pública. As despesas para eventuais novos recrutamentos estão previstas como “financiamento não definido” nos mapas orçamentais, para serem quantificados sem afetar o

orçamento em si. Pelo que, caso se venham a concretizar, deverão ser efetuadas modificações orçamentais para transitar as despesas para o orçamento. Estão previstas, também, despesas com pessoal resultante da transferência de competências no âmbito da Educação e da Ação Social. Sendo que, na área da Educação, o pessoal não docente do Agrupamento de Escolas transita para o Município, o que implica que o aumento previsto para o ano seguinte, seja em cerca de seiscentos mil euros só com esses trabalhadores. Esta despesa, supostamente, está compensada com receita proveniente do Estado, no âmbito da transferência de competências. -----

-----Para o ano de dois mil e vinte e três, estão previstos diversos investimentos com a aquisição de bens e realização de diversas obras, sendo de destacar as previstas na requalificação da escola EB1 da Lageosa do Mondego e no Parque Industrial A25, refletindo a aposta do Município na melhoria das condições dos alunos do Concelho, bem como na captação de novos investimentos privados. Da mesma forma, estão previstos investimentos no âmbito da recuperação das áreas afetadas pelos incêndios ocorridos no verão deste ano, resultantes de acordos com a CCDRC, ICNF e APA, sendo que alguns desses investimentos poderão ter início ainda este ano. Outros projetos relevantes incluídos no PPI são a arborização do Parque Urbano do Escorial, novos equipamentos de projeção para o Centro Cultural através do programa “Redes Culturais e Transição Digital”, e o “Condomínio de Aldeia: Programa Integrado de Apoio às Aldeias Localizadas em Territórios de Floresta”, que visa a recuperação de territórios agrícolas ou agroflorestais abandonados. Igualmente foram incluídos projetos a aguardar aprovação das respetivas candidaturas ao Fundo Ambiental, relativos à recolha de bio-resíduos e melhorias nas visitas ao Concelho. Estão, também, previstos no PPI vários projetos inseridos no “Plano Estratégico da CIMBSE 2030”, que aguardam a abertura de avisos de candidatura ou a aprovação de contratos programa e, que dada a incerteza de aprovação dos mesmos, têm a maior parte dos respetivos investimentos previstos apenas para os anos de dois mil e vinte

e três a dois mil e vinte e oito. Existem alguns projetos para os quais ainda não dispõem de valores concretos à presente data, mas cujas rubricas estão previstas no PPI com valores residuais, contudo serão alvo de ajustamento assim que for possível, sendo exemplo disso a obra da Praça do Município e obras relativas a estradas e arruamentos. -----

-----Continuou dizendo que, em termos do orçamento da despesa, no seu conteúdo geral, na sua análise prevê-se um grande peso dos custos com pessoal no orçamento do Município, seguido das aquisições de bens e serviços e da aquisição de bens e capital. O peso das despesas com pessoal no orçamento inicial de dois mil e vinte e dois era de cerca de trinta e oito por cento, tendo subido em dois mil e vinte e três para os quarenta e dois por cento, resultado da incorporação de pessoal no âmbito da transferência de competências para o Município, dos novos recrutamentos iniciados em dois mil e vinte e dois, bem como das atualizações salariais previstas para dois mil e vinte e três. -----

-----O princípio do equilíbrio orçamental, de acordo com o RFALEI, estabelece limites à despesa, já que as receitas correntes têm de cobrir as despesas correntes e as amortizações dos empréstimos. De uma maneira geral, este orçamento cumpre com o princípio de equilíbrio orçamental, devendo esse equilíbrio ser mantido ao longo da execução orçamental. -----

-----Para dois mil e vinte e três, são esperados aumentos de despesa corrente em consequência da entrada em funcionamento de novas valências, como as piscinas e novas instalações escolares, aumento nas despesas com transportes e com a energia. Atualmente, apesar das medidas que estão a preparar para minimizar estes aumentos, tais como a atualização de taxas e tarifas cobradas pelo Município, a adesão ao mercado regulado da energia e redução do desperdício da água, poderão não ser suficientes e até implicarem a alteração de alguns pressupostos previstos na elaboração deste orçamento, pelo que se tornarão inevitáveis modificações orçamentais para garantir o funcionamento normal do Município. -----

-----Relembrou que, o orçamento não é um documento estático e que poderá ser adaptado às reais necessidades do Município, sendo que a primeira grande alteração irá ocorrer com uma revisão orçamental para a incorporação do saldo de gerência de dois mil e vinte e dois, que esperam que possa permitir que o orçamento suporte eventuais aumentos de despesa corrente, bem como permitir antecipar alguns dos investimentos previstos no PPI.-----

-----Em conclusão salientou, também, que o orçamento para dois mil e vinte e três apresenta valores equilibrados entre a receita e a despesa, mas para os anos seguintes, os orçamentos são superavitários visto estar prevista mais receita que despesa, pelo que existe margem para serem incluídos novos projetos nesses mesmos anos, devendo ter em consideração que os valores dos anos seguintes são meramente indicativos e serão ajustados anualmente.-----

-----O Senhor **Deputado Carlos Cunha** começou por agradecer, em nome da bancada do PSD, ao Técnico José Tavares e a todos os funcionários envolvidos na elaboração do orçamento.-----

-----De seguida disse que este documento espelha a seriedade e o rigor na orçamentação e, conseqüentemente, na preparação das demonstrações financeiras do Município. Relativamente à política municipal, referiu que durante mais de duas décadas a Câmara foi pessimamente gerida, cuja prova foi a incapacidade que anteriores Executivos demonstraram na gestão do dinheiro público, construindo uma visão de desenvolvimento a médio prazo. Os exageros do passado não deixaram muitas infraestruturas funcionais e algumas ficaram em estado de abandono ruinoso, portanto, os recursos existentes foram gastos em vão. Nunca travaram a fundo para corrigir o descalabro financeiro que eles próprios provocaram, apesar do Estado ter imposto sucessivos programas de austeridade, se existiu alguma poupança, foi porque a isso foram obrigados. Em nenhum momento abandonaram a velha lógica de ganhar

votos com medidas contrárias ao seu dever, avolumaram o peso da máquina administrativa, alguns setores ficaram em agonia funcional, deixaram escapar a vitalidade do Município e a imagem pública desta Autarquia ficou prejudicada. Logicamente que o ciclo de empobrecimento, conjugado com a tendência nacional de atualização da economia atingiu o Concelho de Celorico da Beira. Os sinais de alarme começaram na perda dos jovens mais qualificados, o abandono dos campos e das habitações, os casais adultos foram forçados a emigrar, também, pelo êxodo para cidades litorais. Inevitavelmente a economia local estagnou, porque deixou de suportar os postos de trabalho necessários à vida das famílias. O Executivo PSD, quando ganhou as eleições, em dois mil e dezassete, sabia que o percurso a seguir seria duro, pois o défice público era de quase vinte milhões. O Município perdeu receitas e muitos contribuintes, por isso era-lhes exigido muito rigor e moderação e essa tarefa árdua foi realizada. Tinha de controlar os despesismos, definir prioridades e escolher com critério o rumo de recuperação das contas. Acreditaram em dois mil e dezassete que seria possível acertar as contas do Município, corrigir a trajetória da despesa e do défice excessivo, regularizar dívidas antigas e baixar o prazo médio de pagamento aos fornecedores, bem como, solver processos judiciais que se arrastavam contra o interesse da Câmara. Para realizar esta difícil tarefa seria necessário avançar no processo de saneamento da dívida, para que dentro do espaço temporal de um mandato se pudesse recuperar a imagem exterior da Autarquia, ganhar a credibilidade política junto do Governo e das administrações regionais e alcançar capacidade negocial junto de credores e parceiros económicos. A correção das contas seria a condição necessária para a ativação do desenvolvimento económico e social que todos desejam e merecem. Disseram que bastava mudar de políticas, de pessoas, de liderança na Autarquia e foi o que aconteceu, pois o que era apenas possível tornou-se realidade com a liderança do Senhor Presidente Carlos Ascensão. Cada vez mais a bancada do PSD e os cidadãos estão confiantes, pois há boas

razões para terem mais esperança e acreditarem neste projeto político. Depois de cinco anos de uma execução orçamental rigorosa, o Executivo do PSD, com a colaboração de todos os autarcas eleitos que o apoiam e os agentes económicos do Concelho, pôs ordem nesta Autarquia. Colocou as finanças no bom caminho, controlou as despesas e definiu com rigor a sua organização política. O Senhor Presidente da Câmara rodeou-se de pessoas competentes, preparou-se para as dificuldades, definiu com rigor prioridades e colocou as pessoas sempre em primeiro lugar. Com trabalho e muita dedicação conseguiu obter resultados financeiros notáveis que dignificam a Autarquia e os celoricenses, um exemplo para o Distrito, dadas as péssimas circunstâncias em que recebeu a Autarquia.-----

-----Prosseguiu, desta forma, salientando que a bancada do PSD o apoia para os desafios futuros, para os combates que virão e para vencer todos os desafios. Reconhecem-lhe todo o mérito pelo rigor que tem demonstrado na gestão do dinheiro público e pela capacidade que demonstra em avançar, mesmo nas dificuldades, com investimentos importantes para a população, pois é com trabalho e ações que se silenciam muitas críticas. Continuou, dizendo, que o Senhor Presidente abriu um novo ciclo de desenvolvimento do Município e o PSD faz parte desse novo ciclo de crescimento económico e social. Para quem ainda possa ter dúvidas citou alguns exemplos de investimentos que estão terminados, outros que estão a decorrer e que serão realidade brevemente, melhorando a qualidade de vida de todos os celoricenses. Assim, desde dois mil e dezassete que o Executivo do PSD não se limitou a pagar dívidas, visto que a fibra ótica é uma realidade, assim como o investimento em infraestruturas de saneamento básico na Vila, que resolveu problemas ambientais e sociais que tinham décadas, com um custo de um ponto quatro milhões de euros. Este projeto de infraestruturização junta-se ao primeiro conjunto de ETAR's que foram construídas pelo Executivo do PSD, para erradicar uma parte das fossas sépticas ainda existentes no Concelho. O Parque Escolar, que está em plena modernização, facultando

melhores condições para estudar, crescer e desenvolver a formação académica dos jovens. O projeto de recuperação das Piscinas Municipais e do Canil Intermunicipal, o projeto das Casas de acesso ao Castelo, a modernização administrativa realizada na Autarquia, a modernização e crescimento da Feira do Queijo, entre muitos e variados investimentos e eventos realizados com este Executivo. -----

-----De seguida, fez referência ao gráfico apresentado na página treze do documento em análise questionando os presentes se há alguém que consiga explicar como é que um Executivo em dois mil e dezasseis apresentou um orçamento de aproximadamente de vinte e cinco milhões de euros e com tanto dinheiro fizeram tão pouca obra no Concelho. -----

-----Prosseguiu, constatando, que o Executivo PSD é rigoroso e fará quantas revisões orçamentais forem necessárias, para apresentar com rigor e seriedade as contas do Município. Questionou o que é que o PS fez com mais de vinte milhões em orçamentos, que obras estruturantes e que eventos realmente o Executivo Socialista fez durante anos neste Município. Continuou, dizendo, que o Senhor Presidente da Câmara é o principal responsável por uma mudança de paradigma e pelas escolhas que faz e dessa forma a bancada do PSD e a Assembleia Municipal reconhecem o seu mérito. Por vezes, recaem sobre a sua pessoa algumas críticas vazias e uma política negra de arrastão que facilmente são desmentidas pela ação política que realiza. Tem demonstrado honestidade e por isso está à altura das suas responsabilidades no Município. A bancada do PSD tem a honra de ser parte integrante deste projeto e com esta força política Celorico da Beira está a tornar-se numa sociedade mais justa e menos desigual, onde a iniciativa privada é bem-vinda e o Estado permanece naquilo que é essencial. A social-democracia contribui para uma sociedade justa, plural e que respeita a igualdade no acesso dos cidadãos às oportunidades. As escolhas políticas da Autarquia são feitas com organização, rigor no controlo da despesa pública, ao gastar sempre com critério que possa ser universal e razoável, rigor a cumprir compromissos

que são deveres para com os celoricenses, organização competente, dedicada e motivada capaz de credibilizar a imagem externa da Autarquia, organização na realização dos processos, sejam eles negociais, gestão de recursos ou políticos, nos quais querem sempre o maior benefício para a maioria da população. Este método permite valorizar o sacrifício das pessoas, o rigor orçamental dá sentido ao esforço de cada cidadão na superação das suas próprias dificuldades.-----

-----Por fim, agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara pela sua honestidade, rigor e seriedade para com todos os celoricenses. -----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal**, Armando Augusto, pediu a palavra para dizer que não poderia ficar calado perante algumas insinuações do Senhor Deputado e, nesse sentido, lembrou que o Quartel da GNR, as Piscinas Municipais, o Estádio Municipal, os Polidesportivos, a Variante, o Parque Carlos Amaral, o Lagar Municipal, uma grande parte das obras nas freguesias, a criação de Centros os Dia em todas as freguesias, entre outras, são obras do PS e estão à vista de todos. O Senhor Deputado fez referência à recuperação da dívida, contudo, gostaria que o Dr. José Tavares dissesse de quanto foi o aumento da receita desde que este Executivo entrou em funções até ao momento, porque tem ideia que a DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais) aumentou a receita em cerca de vinte por cento.-----

-----No que respeita às ETAR's, disse que, também, esse foi um projeto do PS, no entanto, recordou que, apesar da ETAR do Minhocal ainda não estar construída, será, igualmente, um processo do PS.-----

-----Em relação à honestidade do Senhor Presidente não a põe em causa, mas discorda da afirmação de que o PS nada fez. Reconhece que há dívidas, mas há obra feita. -----

-----Sobre a emigração dos jovens disse que, se bem se lembra, foi o Dr. Passos Coelho, Primeiro-Ministro na altura, que mandou emigrar os portugueses, não foi o PS. -----

-----Por fim, desejou votos de Boas Festas a todos os presentes. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** congratulou-se com as palavras elogiosas do Senhor Deputado Carlos Cunha, reconhecendo que o retrato é muito fidedigno daquilo que são alguns contrastes entre o antes e o depois. A realidade fala por si, portanto as contas estão à vista, mas ainda assim, mal seria se em mais de vinte anos de governação do PS não houvesse obra feita.-----

-----Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal disse que não foi totalmente rigoroso, pois as Piscinas Municipais foram construídas no mandato do Eng.º Faria de Almeida, assim como outras obras que foram da responsabilidade de quem estava na governação, mal seria se assim não fosse, portanto é uma não questão, abstendo-se de qualquer outro comentário. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor e dez abstenções, aprovar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2023.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**5. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2023** -----

-----Sobre o assunto em título e dando cumprimento ao estipulado na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, foi o Mapa de Pessoal para o ano de 2023 colocado a discussão e aprovação deste Órgão, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** clarificou que por força da aposentação houve uma diminuição

progressiva de recursos humanos no quadro de pessoal. Constata-se, igualmente, uma exigência cada vez maior sobre a intervenção da Câmara Municipal nos diversos setores, que origina a existência de mais funcionários, que está a acontecer gradualmente, de forma a equilibrar o número de funcionários anterior. Existe, também, todo um conjunto de responsabilidades que foram transferidas para a Câmara Municipal, nomeadamente na Educação, na Ação Social e brevemente na Proteção Civil, o que implica que assumam algumas das tarefas e dos protocolos que estavam associados a esses setores, levando à necessidade de uma retaguarda de recursos humanos. A acrescer a esse facto, irão brevemente ter outras valências que, da mesma forma, exigem recursos humanos, uma vez que quando abrirem as Piscinas Municipais haverá necessidade de um reforço significativo de funcionários, dado que a pretensão é que funcionem para as escolas e para a população em geral, pelo menos num período de doze horas diárias e, eventualmente, com abrangência a uma parte do dia de sábado. Assim, como, o Canil/Gatil Intermunicipal que, também, abrirá brevemente. -----

-----De seguida, acerca de acusações de que foi alvo, respeitantes ao desaparecimento de animais errantes, deixou claro que desconhece o que lhes aconteceu e que não os mandou recolher nem matar. Disse ainda, em forma de desabafo, que algumas pessoas deveriam ser mais comedidas nas atitudes, contudo, atualmente, é muito fácil irem para as redes sociais com inverdades e publicar fotografias, que neste caso, já têm três ou quatro anos. Considera que certas pessoas deveriam ter algum decoro, outras deviam-se informar melhor e depois, também, deveriam questionar os responsáveis técnicos dos diversos setores, pois como é óbvio, o Presidente da Câmara não tem a responsabilidade técnica de determinadas situações. Não obstante essas denúncias, tudo o que tem sido feito está devidamente enquadrado, justificado e não têm nada a temer nem a esconder. Felizmente tudo que se faz é de forma legal, séria e

com o conhecimento das autoridades, e, para além disso, os técnicos veterinários estão a conduzir bem esse processo.-----

-----Retomou o assunto do Mapa de Pessoal para dizer que, todas as valências referidas anteriormente vão implicar um reforço de pessoal, razão pela qual está a decorrer um processo de contratação, que exigia urgência e era necessário. Para o próximo ano, também, está projetada a abertura de outros processos de contratação, dado que a exigência é cada vez maior e a Autarquia não pode funcionar se não tiver um quadro de pessoal de Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores à altura para dar as respostas necessárias e adequadas. -----

-----De seguida passou a palavra ao Técnico José Tavares para esclarecer tecnicamente o assunto. -----

-----Em relação ao Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e vinte e três, o Técnico disse que estão previstos os lugares que atualmente estão ocupados pelo quadro de pessoal da Câmara e também novos lugares que poderão, eventualmente, ser ocupados. Esses lugares decorrem dos procedimentos concursais que estão em curso e que já têm dotação orçamental aguardando apenas a sua conclusão. Contudo, o Executivo ainda tem mais um conjunto de lugares previstos, mas que para já não tem intenção de iniciar esse processo de recrutamento. Estas verbas estão vertidas no orçamento como financiamento não definido, ou seja, quando o Executivo entender abrir o procedimento concursal terá que se fazer uma alteração orçamental e reforçar essas rubricas. Tudo o que está previsto no Mapa de Pessoal tem de estar interligado com o que está previsto no Orçamento. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor e nove abstenções, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2023.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----

-----6. APROVAÇÃO DO TARIFÁRIO PARA O ANO 2023 DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E GESTÃO DE SERVIÇOS URBANOS-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi o Tarifário para o Ano 2023 dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Serviços Urbanos colocado a discussão e aprovação deste Órgão, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que devido à falta de água, viveu-se um verão atípico e, perante isso, têm que se precaver para que no futuro, conjuntamente com a tutela e com os poderes intermédios haja uma poupança. Nesse sentido, deixou uma palavra de reconhecimento aos Bombeiros Voluntários que foram extremamente importantes no processo de dar resposta a alguns problemas de falta de água no Concelho, sobretudo onde era menos frequente acontecerem. Tudo o que está ligado às reservas das Águas do Vale do Tejo, à barragem do Caldeirão e de Salgueirais não houve falta de água, mas em algumas aldeias, onde foi mais gravoso, nomeadamente Vale de Azares, Rapa, Cadafaz e outros locais os Bombeiros estiveram sempre disponíveis, acabando por colmatar a situação da falta de água. Assim, é necessário tomarem algumas medidas urgentes que lhes foram impostas por Lei. Para além da escassez de água, também, existe um problema que é transversal a muitos municípios, que diz respeito às redes com canalizações velhas e que é necessário substituir, o que implica investimentos avultados de milhões de euros. Por conseguinte, cada vez mais se constituem consórcios de municípios para puderem candidatar-se a fundos para a reabilitação das condutas antigas e velhas que contribuem

para as perdas. Existem, também, outras situações que levam a repensar a forma como se utiliza a água, começando pelo Município, que está associada a um conjunto de gastos relativos a jardins, campos de futebol, associações, cemitérios, Juntas de Freguesia e Igrejas. Nessa sequência, já há algum tempo que foi solicitado à técnica responsável do Serviço de Águas para a colocação de contadores em todos os locais, levando a uma moderação e a uma maior consciência das pessoas relativamente aos gastos e, também, porque o Município tem de fazer a leitura do autoconsumo que deve ser pago. -----

-----Prosseguiu, dizendo, que o tarifário para dois mil e vinte e três é uma exigência da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), que é a entidade responsável por este processo e que obriga a que haja um retorno de noventa por cento relativamente àquilo que são os custos da água. Portanto, a água toda tem que ser paga em alta às Águas do Vale do Tejo e o retorno, no momento, é de aproximadamente cinquenta por cento, o que significa que têm de cotar e pagar a água que gastam para aumentar a percentagem do retorno. -----

-----Disse, ainda, que não vão colocar de parte algumas situações anómalas que têm que ver com comportamentos menos honestos da parte de alguns munícipes, o que é altamente lamentável, pois foram constatando e descobrindo várias dessas situações que é preciso normalizar em todo o Concelho. Se não houver capacidade técnica e se existirem outros constrangimentos para desenvolver esse processo, considera que o próximo passo seja a contratação de uma entidade externa que tenha a competência e a especialização para a realização desse trabalho. Assim, quanto maior for a eficácia do retorno mais barata poderá ser a água, que comparativamente com outros concelhos, Celorico da Beira tem o preço muito mais baixo. Contudo têm de se normalizar com outros concelhos para se poderem integrar em consórcios, criando uma uniformidade de custos, de rendas e de procedimentos.-----

-----A necessidade de tomarem estas medidas impostas pela ERSAR deve-se ao facto de que caso não implementassem esta alteração, teriam que devolver os subsídios concedidos nas candidaturas do POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), para a intervenção nas mini-Etar's e noutros procedimentos, correndo, também, o risco de futuramente serem impedidos de obter financiamentos para essas ações. -----

-----De seguida, passou a palavra à Senhora Vice-Presidente para prestar alguns esclarecimentos. -----

-----Sobre este assunto, a Senhora **Vice-Presidente da Câmara Municipal** esclareceu este ponto e o seguinte começando por dar conhecimento que, o facto de a Câmara ter apresentado uma candidatura ao POSEUR obriga a que consigam um Grau de Cobertura de Gastos no serviço de Abastecimento de Água e no Saneamento de Águas Residuais e Resíduos superior a noventa por cento. Porém, após uma reunião com a ERSAR chegaram à conclusão que o Município estava com um Grau abaixo deste valor e, nesse sentido, tiveram que executar um reajustamento, para que pudessem chegar a essa percentagem. Reforçou que, caso não efetuassem esta alteração teriam que devolver os financiamentos recebidos e ficavam impedidos de realizar novas candidaturas ao POSEUR. Assim sendo, com base nestas imposições, por parte da ERSAR, foram obrigados a aumentar as tarifas da água, assim como alterar a estrutura tarifária. Neste momento, em termos de tarifário, não existia um tarifário adaptado às famílias numerosas e, com base na recomendação da ERSAR, tiveram que obrigatoriamente passar a incluir um tarifário para as famílias com mais de quatro elementos. Outra das imposições é definir no Serviço de Abastecimento de Água uma tarifa variável única aplicável a todos os utilizadores não domésticos e, além disso, também passaram a ter a taxa de recursos hídricos e a taxa de gestão de resíduos. -----

-----Considerando o impacto que a alteração do tarifário, associada à necessidade e cumprimento do Grau de Cobertura de Gastos mínimo de noventa por cento, iria gerar um tarifário muito elevado, o Município entendeu mitigar esse impacto através da criação de um tarifário social. Dessa forma, só subiram as taxas que estavam abaixo dos noventa por cento, dando como exemplo as taxas que tinham um valor de cinco euros e sessenta e quatro cêntimos passavam para catorze euros e sessenta e dois cêntimos, isto seria incomportável tanto para as famílias como para as empresas, daí a preocupação de acautelar essas situações e impor tarifários sociais. Estes tarifários destinam-se, no caso dos domésticos, a pessoas com carências económicas, nomeadamente, complemento solidário para idosos, rendimento social de inserção, subsídio social de desemprego, abono de família, pensão social de invalidez e pensão social de velhice. Vai ser, igualmente, aplicado um tarifário de coesão social que corresponde a uma redução de cinquenta por cento nas tarifas fixas aplicáveis aos utilizadores domésticos e não domésticos. Assim sendo, com este tarifário que é para todos os munícipes nas tarifas fixas aplicáveis, em vez de terem um tarifário de catorze euros e sessenta e dois cêntimos, no primeiro escalão, passa para sete euros e trinta e um cêntimos. Quanto ao tarifário social verifica-se um decréscimo relativamente à tarifa mensal que as pessoas pagavam. Contudo, neste tarifário, a carência económica tem de ser comprovada e o Município vai ter a possibilidade de solicitar uma listagem à DGAL, que irá informar quem são os usufrutuários destas tarifas sociais. Em relação ao tarifário social não doméstico, disse que é aplicável às IPSS's e à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que, obviamente, consumos mais elevados terão custos elevados e estas bonificações serão para quem tem alguma moderação no consumo, dado que, também, se pretende que haja uma racionalização do consumo de

água. Acrescentou que, evidentemente, isto não resolve tudo, pelo que, também, passará por uma maior eficácia e eficiência das redes e da fiscalização que é preciso ser feita. Neste processo, haverá um custo que a Câmara irá suportar, de aproximadamente quatrocentos mil euros e que terá tendência a baixar quando houver menos desperdício, menos fugas e perdas de água, bem como menos desvios ilícitos. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte votos a favor, doze votos contra e uma abstenção, aprovar a eliminação do capítulo relativo às taxas dos serviços de abastecimento público previsto no Regulamento de Taxas do Município, por forma a não conflitar com o tarifário dos serviços auxiliares para 2023, nos termos e fundamentos constantes na proposta apresentada pelo Executivo.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**7. APROVAÇÃO DA ADESÃO AO REGIME DE TARIFA SOCIAL PREVISTO NO DECRETO-LEI Nº 147/2017, DE 5 DE DEZEMBRO (REGIME DA TARIFA SOCIAL RELATIVA À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS)**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi a Adesão ao Regime de Tarifa Social Previsto no Decreto-Lei Nº 147/2017, de 5 de Dezembro (Regime da Tarifa Social Relativa à Prestação dos Serviços de Águas) colocada a discussão e aprovação deste Órgão, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte votos a favor, onze votos contra e duas abstenções, aprovar a adesão ao regime de tarifa social previsto no**

Decreto-Lei nº 147/2017, de 5 de dezembro (regime da tarifa social relativa à prestação dos serviços de águas), nos termos e fundamentos constantes na proposta apresentada pelo Executivo.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**8. RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO**-----

-----Foi presente para conhecimento o Relatório do Auditor Externo relativo ao primeiro semestre de dois mil e vinte e dois, documento cuja cópia se anexa a esta ata (7), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----Por último, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** desejou a todos os presentes votos de um Feliz Natal, com muita saúde, paz e um Próspero Ano Novo.-----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram vinte e duas horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----

-----A Presidente da Mesa-----

-----A Primeira Secretária-----

-----O Segundo Secretário-----